ANÁLISES SOCIOAMBIENTAIS EM COMUNIDADES CARENTES: ESTUDO DE CASO DA OCUPAÇÃO IRREGULAR DO BAIRRO VARANDAS DO CAMPO

SOCIO-ENVIRONMENTAL ANALYSIS IN NEEDY COMMUNITIES: A CASE STUDY OF THE IRREGULAR OCCUPATION OF THE VARANDAS DO CAMPO NEIGHBORHOOD

ANÁLISIS SOCIOAMBIENTAL EN COMUNIDADES NECESITADAS: UN ESTUDIO DE CASO DE LA OCUPACIÓN IRREGULAR DEL BARRIO DE VARANDA DO CAMPO

CARLOS CESAR GONZALEZ DE LUNA
Mestrando em Geografía - Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), Três Lagoas/MS
Pesquisador do Centro de Educação Ambiental Gênesis
Karloscgonzales@yahoo.com.br

GISLENE F. ORTIZ PORANGABA
Professora Adjunta de Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - campus de Três Lagoa
gislene.ortiz@ufms.br

LOURDES BRAZIL DOS SANTOS ARGUETA
Doutora em Ecologia Social
Universidad Federal Fluminense
Niterói/ RJ
Diretora do Centro de Educação Ambiental Gênesis
lourdesbrazils@gmail.com

Resumo:
O presente trabalho expõe resultado de um estudo sobre ocupação do solo urbano no bairro Varandas do Campo, localizado na região sul da cidade de Campo Grande/MS. Nesse viés, o trabalho teve como objetivo identificar os problemas socioambientais existentes no bairro. Para a realização desta pesquisa foram feitos trabalhos de campo com a realização de registros fotográficos e aplicação de questionário que incluiu questões para identificação do perfil socioeconômico, problemas de infraestrutura e socioambientais. A pesquisa demostrou vários problemas socioambientais, as injustiças ambientais e a falta de infraestrutura, destacando saneamento precário, lixos domiciliares, materiais orgânicos descartados nas vias ou terrenos baldios, poluição hídrica e violência, colocando em risco a saúde da população local. Com o resultado obtido através das entrevistas foi constatado que a maior parte dos entrevistados estavam desempregados ou trabalhando informalmente e boa parte da população ainda possui o ensino fundamental incompleto.

Palavras-chave: Ocupação clandestina; Segregação socioespacial; Injustiça ambiental.

Abstract:
This work presents the result of a study on urban land occupation in the Varandas do Campo neighborhood, located in the southern region of the city of Campo Grande/MS. In this bias, the study aimed to identify the socio-environmental problems existing in the neighborhood. In order to carry out this research, fieldwork was performed with photographic records and the application of a questionnaire that included questions to identify the socioeconomic profile, infrastructure and socio-environmental problems. The research showed several socio-environmental problems, environmental injustices and lack of infrastructure, highlighting poor sanitation, household waste, organic materials discarded on roads or vacant lots, water pollution and violence, putting the health of the local population at risk. The result from the interviews shows that most of the interviewees were unemployed or working informally, and a considerable part of the population still has incomplete elementary education.
Keywords: Clandestine occupation; Socio-spatial segregation; Environmental injustice.

Resumen:
El presente trabajo presenta el resultado de un estudio sobre la ocupación del suelo urbano en el barrio Varandas do Campo, ubicado en la región sur de la ciudad de Campo Grande/MS. En este sesgo, el trabajo tuvo como objetivo identificar los problemas socioambientales existentes en el barrio. Para llevar a cabo esta investigación se realizó un trabajo de campo con registros fotográficos y la aplicación de un cuestionario que incluía preguntas para identificar el perfil socioeconómico, infraestructura y problemas socioambientales. La investigación mostró varios problemas socioambientales, injusticias ambientales y falta de infraestructura, destacándose el saneamiento deficiente, los desechos domésticos, los materiales orgánicos desechados en caminos o terrenos baldíos, la contaminación del agua y la violencia, poniendo en riesgo la salud de la población local. Con el resultado obtenido a través de las entrevistas, se encontró que la mayoría de los entrevistados se encontraban desempleados o trabajando informalmente, y una parte considerable de la población aún cuenta con educación primaria **incompleta.Palabras** llave: Ocupación clandestina; Segregación socioespacial; Injusticia ambiental.

Introdução

No mundo contemporâneo, entre os problemas urbanos, um dos mais amplamente reconhecidos e estudados é a expansão das grandes cidades, com a consequente criação de vastos espaços periféricos, acumulando vários problemas sociais e ambientais, principalmente nos países não-desenvolvidos (HIERNAUX e LINDÓN, 2004).

Nesse sentido, os problemas urbanos e sociais no Brasil emergem a partir da intensificação das ocupações das áreas de riscos, como as encostas de morros e morrotes, as margens de rios e córregos, ecossistemas frágeis, sendo áreas de baixo valor imobiliário localizadas nas periferias.

Tais problemas urbanos e sociais existem em todo território brasileiro, bem como acontece também na cidade de Campo Grande, capital do estado do Mato Grosso do Sul, a qual apresenta nas regiões periféricas um quadro de problemas socioambientais derivado de uma ocupação populacional desordenada em porções próximas às áreas verdes e aos córregos, onde a desigualdade social é agravada por situações de risco e degradação ambiental. Sendo assim, concentrando-se em áreas com precárias moradias e infraestrutura urbana, e dessa forma, configurando um processo de exclusão social[1] urbana e de invisibilidade pelo poder público local.

Segundo Rolnik (1999), a exclusão territorial é mais do que a imagem da desigualdade, é também a condenação de toda a cidade a um urbanismo de risco. E isto corrobora para constatação do empobrecimento das cidades, pois o risco é, antes de qualquer coisa,

[1] A fonte destas informações se deu a partir da vivência do autor deste projeto.

do morador: "[...] o barraco pode deslizar ou inundar com chuva, a drenagem e o esgoto podem se misturar – a saúde e a vida são assim ameaçadas" (ROLNIK, 1999, p.100).

Para Saraví (2008), essa exclusão social pode levar à fragmentação da sociedade como consequência do isolamento dos setores privilegiados e da exclusão dos setores privilegiados mais desfavorecidos.

Por conseguinte, famílias de baixa renda tendem a residir em áreas precárias, em situações de risco e de degradação ambiental, tais como terrenos próximos de cursos d'água ou com declividade acentuada, uma vez que estas se constituem nas únicas áreas acessíveis a essa população, seja porque são públicas ou por serem muito desvalorizadas no mercado imobiliário, devido às características de risco e/ou à falta de infraestrutura urbana (ALVES, 2007).

No bairro Varandas do Campo, localizado na cidade de Campo Grande/MS (figura 1), há um local de ocupação em que os moradores se submetem a viver com pouca ou nenhuma infraestrutura urbana e de saneamento básico, levando-as a viver em condições insalubre, sem instalação de água, esgoto e rede elétrica de qualidade, ocasionando com isso complicações de saúde e a vida.

A maioria dos moradores residem em casas feitas de lona e madeiras descartadas, sem o mínimo de segurança e conforto para as famílias. Além disso, a região tem alto índice de criminalidade, contendo pontos de venda de drogas e até homicídios[2].

[2] A fonte destas informações se deu a partir de relatos dos moradores



Figura 1 – Localização da área de estudo. Organização: Os autores (2022)

Dessa forma, essa parcela da população tende a ocupar tais locais na cidade, pois essas pessoas não possuem condições socioeconômicas para comprar moradias próximas à região central (supervalorizadas) ou bairros com melhor infraestrutura. Somado a isso, tem-se a falta de formação escolar e profissional, que dificulta o processo de inserção no mercado de trabalho formal e, deste modo, ficam à margem das políticas públicas para uma sociedade mais inclusiva e justa.

A literatura sobre a questão urbana no Brasil indica que a expansão das áreas periféricas está relacionada à procura por habitação em áreas com baixo preço da terra, provocando um aumento das ocupações precárias, como favelas e loteamentos irregulares, em áreas sem infraestrutura e expostas a risco e degradação ambiental (ROLNIK, 1982; SMOLKA, 1993; MARICATO, 1996).

Nessa perspectiva, também está relacionada à reorganização do espaço para atender as demandas do capital, seja ele comercial, industrial ou financeiro. Nessa reorganização, as populações são expulsas e "encaminhadas" para outros locais e que segundo Dimenstein (2003, p.13) "revela uma sociedade que fecha oportunidades a todos", além de ausentá-las do direito à cidadania.

Nesse escopo, a análise do bairro Varandas do Campo de Campo Grande/MS, se faz necessária devido aos nítidos e constantes problemas socioambientais que geram preocupações, principalmente, quanto à situação ambiental do local. Nesse viés, o trabalho teve como objetivo identificar os problemas socioambientais existentes no bairro Varanda do Campo. Portanto, o resultado proveniente desta análise é fundamental, uma vez que mobiliza os órgãos públicos e desperta o interesse dos cidadãos em atuar de forma a garantir o bem-estar da comunidade.

Exclusão social, segregação socioespacial e zonas de sacrifício

Estudos sobre o processo de urbanização brasileira mostram que ele foi marcado pela exclusão social e segregação espacial (ROLNIK, 1982; MARICATTO, 1996).

Dessa forma, Saravi (2008, p 95) afirma que o processo de exclusão

> [....] não é apenas um critério de diferenciação, mas ao mesmo tempo de um critério-chave de hierarquia e, mais especificamente, de desigualdade. Quando falamos então da distribuição da população sobre o espaço, o grau de concentração de determinados grupos em determinadas áreas da cidade e/ou o grau de homogeneidade social que determinadas áreas

> apresentam; nós falamos não só de diferenciação, mas também de desigualdade e exclusão.

Sendo assim, a urbanização brasileira teve como traço marcante o surgimento e o agravamento de inúmeros problemas sociais urbanos, que eclodiram à medida que as cidades cresceram rapidamente e se expandiram de maneira desordenada, sendo a ilegalidade em relação à propriedade da terra o principal agente da segregação ambiental e daí à exclusão social, no campo ou na cidade (MARICATO, 1996).

> Apesar de ter havido toda uma geração de urbanistas envolvidos e promotores da política de planejamento urbano, aspecto que marcou o desenvolvimento brasileiro de cidades de grande porte entre os anos 1960-1980, ela não evidenciou grandes realizações, pois a intensificação dos problemas socioambientais de toda ordem na atualidade testemunha as graves falhas de um processo parcial e excludente (MENDONÇA, 2010, p. 154).

A dinâmica de urbanização nas regiões periféricas, através da ocupação ilegal e predatória da terra urbana, faz com que grande parte das áreas urbanas de risco e proteção ambiental, tais como as margens dos cursos d'água, esteja ameaçada pelas ocupações precárias de uso habitacional de baixa renda, por absoluta falta de alternativas habitacionais, seja via mercado privado, seja via políticas públicas sociais (MARICATO, 1996).

Segundo Alves & Santos (2016), o processo de desterritorialização[3] que gira em torno da disputa pelo território nas

[3] Através do alto valor do solo urbano.

grandes cidades é mais uma injustiça socioambiental existente na comunidade.

Nesse sentido, em áreas periféricas urbanas vem se caracterizando os problemas socioambientais através de um modelo de urbanização predatório, onde uma grande parcela populacional se concentra em área de preservação ambiental ou até mesmo próximo de córregos, se colocando em risco e em situação de injustiça socioambiental.

De acordo com Porangaba, Bacani e Milani (2020) um elevado contingente populacional urbano do país está exposto aos riscos socioambientais.

> Neste contexto a abordagem dos riscos socioambientais urbanos pode ser concebida como um novo paradigma, na medida em que muda o foco da compreensão da lógica de produção e reprodução socioespacial; ou seja, ela atesta a inserção de uma nova base de análise na relação sociedade – natureza, pois salta de uma base de certeza e estabilidade para uma outra de incerteza e de instabilidade quanto à repercussão dos processos naturais e sociais do espaço geográfico (MENDONÇA, 2010, p.157).

Desta forma, as características do processo de urbanização brasileiro potencializam a pressão sobre o solo urbano, o aprofundamento das injustiças ambientais e dos problemas socioambientais.

Sendo assim, Spínola, Teixeira e Andriguetto-Filho (2018) argumentam que na maior parte desses casos, as desigualdades na apropriação social da natureza resultam em distribuição desigual dos

impactos, caracterizando situações de injustiça ambiental. Esta é definida pela Rede Brasileira de Justiça Ambiental como:

> [...] o mecanismo pelo qual sociedades desiguais, do ponto de vista econômico e social, destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento às populações de baixa renda, aos grupos raciais discriminados, aos povos étnicos tradicionais, aos bairros operários, às populações marginalizadas e vulneráveis (ACSELRAD *et al.* 2002, p. 41).

Para Acselrad (2004), no Brasil, as injustiças ambientais encobrem um conjunto de situações que são caracterizadas pela distribuição desigual de poder sobre a base material da vida social e do desenvolvimento, surgindo principalmente através da apropriação elitista, do território e dos recursos naturais, na concentração dos benefícios usufruídos do meio ambiente e na exposição desigual da população à poluição e aos custos ambientais do desenvolvimento.

Nos casos dos conflitos decorrentes de situações de injustiça ambiental, Spínola, Teixeira e Andriguetto-Filho (2018) relatam que esses espaços se tornaram fundamentais para mediar disputas entre atores cujo poder econômico e político é desigual.

Nesse sentido, o presente trabalho realizou um estudo sobre os problemas socioambientais na forma de ocupação do solo no bairro Varanda do Campo. Tal bairro pode ser considerado como zona de sacrifício, com um quadro de injustiça ambiental, por ser uma área demarcada por inúmeros problemas socioambientais devido ao baixo valor imobiliário, que leva à construção de moradias precárias, justamente por ser mais acessível financeiramente, devido ao baixo valor imobiliário.

Segundo Viegas (2006), as zonas de sacrifício são locais onde há ocorrência de múltiplas práticas ambientalmente agressivas atingindo populações de baixa renda ou minorias étnicas.

A designação "zona de sacrifício" surgiu nos Estados Unidos, quando o movimento de Justiça Ambiental associou a concentração espacial dos males ambientais do desenvolvimento ao processo mais geral que produz desigualdades sociais e raciais naquele país (VIEGAS, 2006).

Segundo Brazil *et al.* (2021), esses locais são escolhidos para receber populações deslocadas de outras áreas em decorrência de intervenções no espaço urbano, gerando inúmeros problemas socioambientais, caracterizando injustiças ambientais.

Desse modo, Girão, Rabelo e Zanella (2018) afirmam que o termo socioambiental, frente a relação sociedade-natureza, revela-se como uma abordagem contemporânea para compreender os desafios da questão ambiental consolidados.

O Varanda do Campo é um bairro marcado por ocupações desordenadas em área pública notada por numerosa desigualdade social e agravada por situações insalubres de sobrevivência, além de enfrentarem intensas injustiças socioambientais por se encontrar situados na região de expansão próximo a área verde.

Segundo Saravi (2008), o problema em questão é como a estrutura espacial, a divisão social do espaço urbano, reflete, condensa e realimenta uma estrutura social complexa de processos de diferenciação, desigualdade e exclusão.

Trata-se, portanto, de uma região com infraestrutura precária e em construção, sendo objeto de importantes conflitos sobre

a posse da terra urbana (loteamentos clandestinos, favelas) (BORELLI, 2011).

Diante do problema ocorrido no bairro, de acordo com Acselrad (2004), é possível afirmar que:

> [...] não é possível enfrentar a crise ambiental sem promover a justiça social, dado que se observa nitidamente na cidade contemporânea a existência de condições de desigualdade social e de poder sobre recursos ambientais, em cujo contexto os instrumentos de poder sobre o controle ambiental tendem a aumentar a desigualdade ambiental.

Considerando que o bairro Varandas do Campo apresenta diferentes formas de ocupação e moradias, uma parte das moradias foi distribuída pelo plano do governo (Programa Minha Casa, Minha Vida), outra parte marcada por invasões em obras inacabadas e áreas verdes.

Metodologia

Para realização deste trabalho foram utilizadas ferramentas de cunho quantitativo e qualitativo para atingir os objetivos propostos.

No que tange aos aspetos quantitativos, a pesquisa se apoiou na tabulação de dados, realizada a partir de aplicação de questionário. Segundo Gil (2002), o questionário é a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas, etc.

Sob o viés da pesquisa qualitativa no campo da urbanização, foram utilizadas metodologias próprias da área para as análises dos aspectos sociais. Sendo que, "os métodos qualitativos são métodos das ciências humanas que pesquisam, explicitam, analisam, fenômenos (visíveis ou ocultos)" (MUCCHIELLI, 1991, p. 3 *apud* HOLANDA, 2006, p. 363).

Trata-se, pois, de um estudo sobre ocupação irregular do solo em áreas verdes de um bairro localizado na região sul de Campo Grande – MS, sendo ele: Varandas do Campo, área de construção de apartamentos do Programa Minha Casa Minha Vida. O local foi escolhido em virtude do elevado índice de problemas socioambientais e alto grau de desigualdade social.

O trabalho foi dividido em quatro etapas:

A primeira etapa foi a construção de referenciais teóricos, sendo destacados os seguintes conceitos: segregação espacial, exclusão social e injustiça ambiental.

A segunda etapa foi levantamento histórico de como foi realizado a ocupação e distribuição dos imóveis na comunidade. Para o levantamento dos dados históricos de ocupação foram consultados a secretaria Planejamento Urbano de Campo Grande, Agência Municipal de Habitação (EMHA) e a Agência de Habitação Popular de Mato Grosso do Sul (AGEHAB) e consultas a reportagens em dois veículos midiáticos de informação, no formato eletrônico-digital[4].

Nesse sentido, Flick (2009, p.83) afirma que:

> [...] a utilização desses textos escritos oferece um diferencial, pois serve a três finalidades no

[4] Os jornais Campo Grande News e o Midiamax.

> processo de pesquisa qualitativa: 1- Representam os dados essenciais a partir dos quais as descobertas se assentam; 2- São a base das interpretações; 3- Constituem o meio central para a apresentação e a comunicação de descobertas.

Dessa forma, Michel (2015) explica que a principal técnica empregada para o tipo de material coletado é conhecida como análise documental, isto é, compreende a consulta a documentos com a finalidade de encontrar informações úteis para o entendimento e análise de um problema específico.

Em seguida, optou-se por registros fotográficos como fonte de estudo para demonstrar os variados problemas de infraestrutura, sociais e ambientais existentes nas comunidades, pois, segundo Harper, (2000, p.727, tradução nossa) as fotografias podem produzir dados que ampliam nossa compreensão sobre processos sociológicos, vez que "gravam detalhes que podem instigar os expectadores a refletirem sobre realidades culturais mais amplas".

Na terceira fase foram aplicados 100 (cem) questionários junto aos moradores do bairro Varandas do Campo, que incluía questões para identificar o perfil socioeconômico, problemas de infraestrutura, sendo elas:

1-Qual a renda salarial por família?

2-Qual o grau de escolaridade entre os membros da família?

3- Qual sua situação profissional atual?

4 Caso trabalhe: ( ) Modo informal (carteira não assinada)

( ) Formal (carteira assinada)

Na quarta etapa, após a aplicação dos questionários, foi realizada a tabulação e triangulação dos resultados para compilar a análise das informações obtidas através de gráficos.

A análise dos resultados identificados, tomando como base os indicadores de injustiça ambiental e zonas de sacrifício, permitiu chegar aos resultados apresentados no presente trabalho.

Condição socioambiental no bairro Varanda do Campo em Campo Grande/MS

Tendo como premissa que os problemas socioambientais urbanos ocorrem devido as alterações do ambiente natural pelo homem e que tais ações repercutem nas condições de vida dos citadinos (MENDONÇA, 2016), a presente pesquisa detectou vários problemas socioambientais, injustiças ambientais e de infraestrutura, sendo gerados pela falta de saneamento, por conta da presença de lixos domiciliares, residencial e animais mortos descartados nas vias ou terrenos baldios, como também, poluição hídrica e violência, colocando em risco a saúde e a vida da população local.

Devido às condições econômicas da população, ocupações irregulares de construções inacabadas e terrenos baldios próximos de áreas verdes em áreas distantes dos grandes centros se tornou comum, trazendo transtorno às várias comunidades, com características similares as do bairro Varanda do Campo.

O processo de ocupação e desenvolvimento do bairro Varanda do Campo pode ser dividido em três períodos distintos, marcados por diferentes modelos de uso e ocupação do solo. O primeiro e segundo momento se deu através da distribuição de casas

populares às famílias participantes do Programa 'Minha Casa, Minha Vida", entre os anos de 2011 e 2012[5].

O último modelo de ocupação do bairro ocorreu em 2017 decorrente de invasões de apartamentos inacabados[6] e terrenos abandonados próximos às áreas verdes[7]. Através dos registros fotográficos, foi possível identificar as injustiças ambientais e problemas de infraestrutura que, porém, divergem na forma de ocupação.

Sendo assim, grupos de moradores ocuparam apartamentos inacabados e abandonados (figura 2) pela Homex[8] e a outra parte da ocupação irregular ocorreu com invasões em uma porção territorial com baixo valor imobiliário.

Figura 2: Invasão dos apartamentos inacabados.



Fonte: TV Morena 2020.

[5] Fonte : Campo Grande News. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/construtora-mexicana-entrega-284-casas-em-megacondominio-na-capital>. Acessado em 18/10/2021.

[6] Midiamax - Em 2013 a empresa mexicana abandonou a obra de construção das moradias. Disponível em: <https://midiamax.uol.com.br/cotidiano/2017/na-segunda-invasao-em-um-mes-300-ocupam-area-de-construtora-mexicana >. Acessado em 21/10/2021.

[7] Midiamax- No local, fitas e barbantes são usados para demarcar os terrenos. Cada ocupante é responsável por limpar o terreno e construir o barraco para lhe servir de abrigo. Disponível em: < > Acessado em 21/10/2021

[8] Empresa responsável por construir os apartamentos.

A área invadida do bairro Varandas do Campo está localizada próxima a uma área de preservação ambiental (figura 3), onde os moradores desmataram uma parte para construir suas moradias, sendo estas constituídas com rejeitos da construção civil, feitas a partir de latas, papelões, restos de madeiras e compensados reutilizados (figura 4).

Figura 3 Área verde invadida por moradores.



Fonte: TV Morena 2020

Figura 4: Casas feitas de latas, papelões, restos de rejeitos de construção.



Fonte: Próprio autor 2020

As condições físicas que uma parte do bairro passa são graves e desprezíveis, vias construídas pelos moradores estão danificadas por erosões que resultam também no acúmulo de água (figura 5). Além disso, há moradores que descartam resíduos

domésticos no local, ocasionando acúmulo dos mesmos, consequentemente, ocorrem doenças por veiculação hídrica, como por exemplo: a dengue.

Figura 5: Vias com poça de água e lama que serve de morada para animais transmissores de doenças.



Fonte: Próprio autor 2020

Quanto aos resíduos sólidos, vale ressaltar que no bairro existe índice elevado de descarte incorreto como nas vias públicas, nas áreas verdes e nos terrenos baldios. Os tipos de resíduos são variados, abrangendo tanto a construção civil, como o domiciliar (figura 6 e 7).

Figura 6: Descarte de entulhos nas vias



Fonte: Próprio autor 2021

Figura 7: Descarte de entulhos próximos a área de proteção



Fonte: Próprio autor 2021

Após levantamento e tratamento de dados, foram constatadas as características socioeconômicas e os problemas de infraestrutura.

Por meio das análises (Figura 8) foram constatados que 50% dos questionados sobrevivem com até meio salário mínimo e 35% com até um salário mínimo.

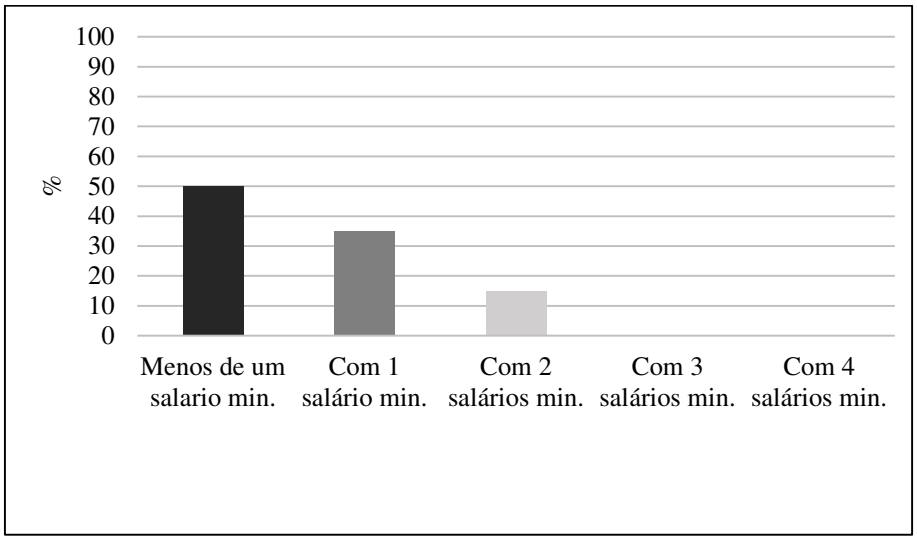
Asseverou-se que apenas 1% (figura 9) possui ensino superior e 2% não terminaram o ensino superior, 19% possui o ensino médio completo, 78% não terminou o ensino básico (ensino médio completo).

As informações obtidas sobre a situação empregatícia dos moradores, tornou possível compreender a realidade econômica do bairro.

Segundo Bento (2010), quanto maior o tempo de desemprego, mais apto à exclusão social o desempregado está. Com base no mesmo autor, ainda apresentando situação de emprego, o indivíduo esta suscetível a exclusão, visto que estão vulneráveis aos baixos salários.

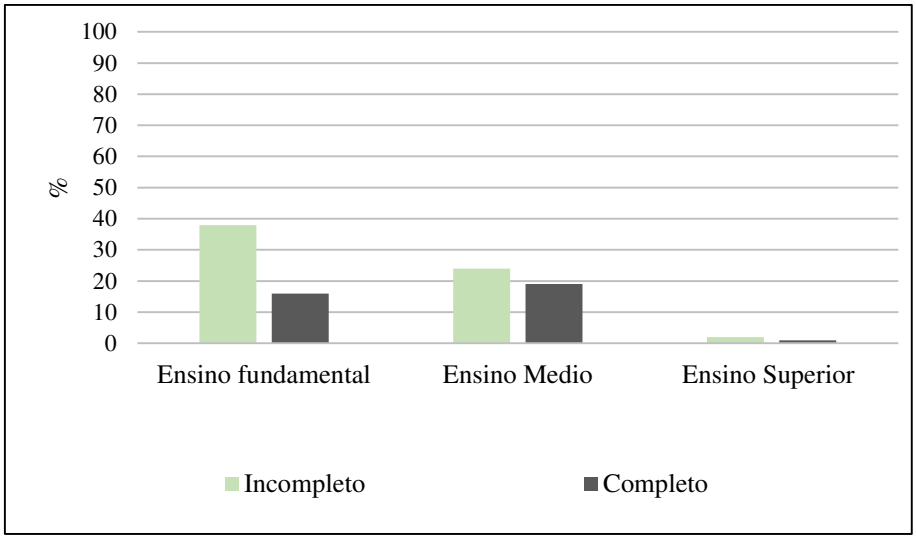
Entre os questionados, 58% dos moradores encontram-se em situação de trabalho (figura 9), dos quais somente 30% estão trabalhando com carteira assinada (figura 10). O restante faz *freelance* (diárias), ou vendem produtos nas ruas e/ou terminais rodoviários.

Figura 8: Renda salarial por família



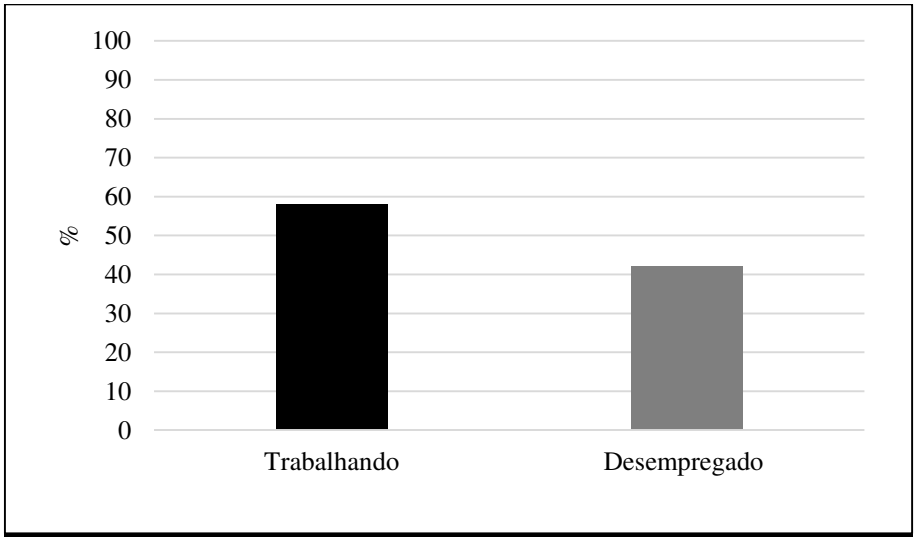
Fonte: Próprio autor 2021

Figura 9: Grau de escolaridade



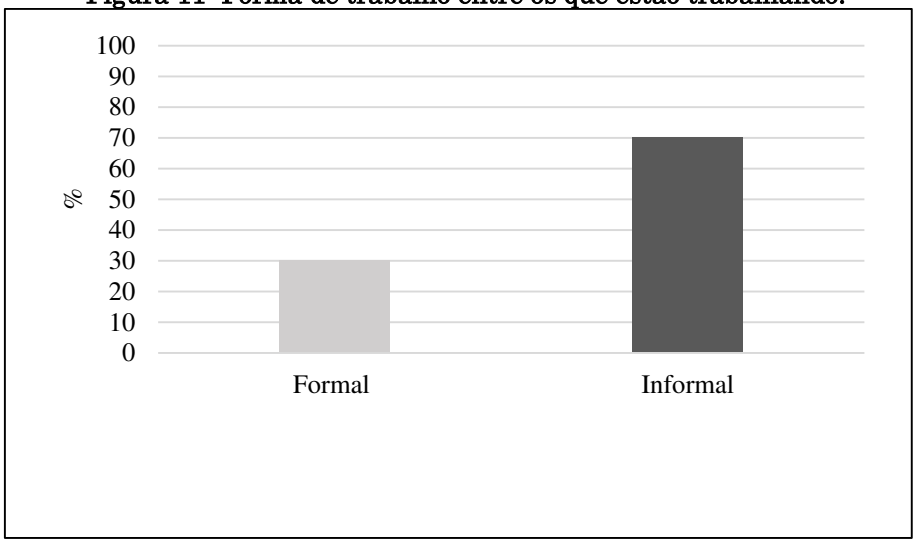
Fonte: Próprio autor 2021

Figura 10: Moradores no mercado de trabalho.



Fonte: Próprio autor 2021

Figura 11: Forma de trabalho entre os que estão trabalhando.



Fonte: Próprio autor 2021

As principais dificuldades relatadas pelos moradores estão na infraestrutura, como a falta de asfalto, ponto de ônibus coberto, limpeza das vias, iluminação e a segurança pública, haja visto que, os moradores não se sentem seguros com tanta violência e frequentes assaltos.

Souza e Romualdo (2009) argumentam que essa criminalidade, muitas vezes, está associada aos problemas de segregação socioespacial, que vem se agravando em regiões periféricas, devido às grandes disparidades nos níveis sociais, e no aumento da marginalização.

Em relação a coleta de resíduos sólidos (lixo domiciliar), o caminhão de coleta passa 3 vezes na semana no bairro, porém no local irregular (área de preservação), não dispõe de coleta do mesmo, fazendo com que alguns moradores se desloquem até onde é feita a coleta. Em contrapartida, outros simplesmente depositam

nos terrenos baldios, inclusive na área de preservação permanente, acumulando lixo e aumentando a incidência de insetos, ocasionando alguns transtornos, segundo os relatos dos próprios moradores.

No que se refere a distribuição de água tratada, os moradores localizados na área de preservação (área irregular), não dispõe da mesma para o consumo, o que ocasiona na perfuração de poços semiartesianos irregulares.

Em relação aos casos de doenças endêmicas, compreendeu-se que no bairro mais de 50% dos entrevistados já tiveram casos de dengue na família. Além disso, muitos moradores argumentaram ter ou já tiveram bicho do pé (*Tugan penetran*) também chamado de "bicho de areia e bicho de porco", um parasita que penetra na camada da pele e causa várias complicações em adultos e crianças, que podem alojar-se em qualquer parte do corpo humano, principalmente nos pés.

Dessa forma, Maricato (2002) afirma que essa ocupação desordenada do espaço resulta na perda de qualidade de vida urbana, com a poluição das águas e do ar, enchentes, desmoronamentos, violência e epidemias, dentre outros problemas.

Considerações finais

O trabalho permitiu verificar os principais problemas socioambientais que afetam o dia a dia dos moradores locais, sendo estes ocasionados pela dinâmica de ocupação e, juntamente, com crescimento da cidade que implica numa densa e "desorganizada" urbanização, no sentido de destinar cidadãos de baixa renda para

áreas distantes da região central da capital sul-mato-grossense. Esses são alocados nessas áreas, devido ao custo baixo ou desvalorização do solo, sendo esse fator denominado como zona de sacrifício, em que as pessoas se mudam para tal região mesmo sabendo dos problemas a serem enfrentados, como: terrenos com alta declividade, áreas passíveis de inundações e enchentes, com falta de infraestrutura urbana básica, áreas de preservação permanente, entre outros. Isso resulta em diminuição da qualidade de vida da população, especialmente, na qualidade ambiental da localidade.

Ainda, foi possível constatar por meio do levantamento de dados durante a primeira parte da pesquisa de campo que os problemas identificados, tanto socioespaciais quanto ambientais, são comuns e frequentes no bairro estudado. Ou seja, é uma comunidade periférica diferente entre si no sentido relacionado à ocupação do solo, porém, no quesito de adversidades socioespacial e ambiental são confluentes, a exemplo: ruas com cavidades profundas o suficiente para acumular água e, consequentemente, torna-se alvo de doenças endêmicas; falta de asfalto e pavimentação, dentre outros casos graves a serem levados em consideração. Portanto, um meio para a resolução de tais problemas seria a atuação ativa ou intervenção dos órgãos públicos, a mobilização deste de modo a implementar melhorias tanto na infraestrutura urbana quanto em outras dificuldades igualmente pontuadas.

Referências bibliográficas

ACSELRAD, H. Justiça Ambiental e a construção do risco social. Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 5, p. 49-60, 2002.

_____. Conflitos Ambientais – A atualidade do objeto ACSELRAD, H. (org.). Conflitos Ambientais no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação HeInrich Böll. 2004.

_____. (Coord.). Justiça ambiental e cidadania. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação FORD, 2004.

ALVES, H. P. da F. Desigualdade ambiental no município de São Paulo: análise da exposição diferenciada de grupos sociais a situações de risco ambiental através do uso de metodologias de geoprocessamento. Revista Brasileira de Estudos Populacionais, São Paulo, v. 24, n. 2, jul-dez.,2007.

ALVES S. G.; SANTOS, S. L. Crescimento econômico, desigualdade e injustiças ambientais: um olhar crítico a partir do Complexo Industrial Portuário de Suape Gaia Scientia (2016). Edição Especial Seminário Integrador Prodema. Volume 10(3): 54-60.

BRAZIL,L. S. A. ; TOLEDO, S. E. O.; ZITACUARO, I. ; KUASSA P. A. K.; JORGE ; P. P. ; LUNA; C. C. G. Zonas de sacrifício e injustiças ambientais: uma reflexão sobre os impactos da pandemia. *Brazilian Journal of Development*, Curitiba, v.7, n.7, p. 66431-66441 jul. 2021

BENTO, AFONSO. Desemprego, Pobreza e Exclusão Social. Trabalho de Fontes de Informação Sociológica. Faculdade de Economia Universidade de Coimbra. 2010.

BONDUKI, N.; ROLNIK, R. Periferia da Grande São Paulo: reprodução do espaço como expediente de reprodução da força de trabalho. In: MARICATO, E. (Org.). A produção capitalista da casa (e da cidade) do Brasil industrial. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982.

BORELLI, ELIZABETH. Transformações Urbanas e Desigualdade Ambiental na Grande São Paulo. 2011. P. 1- 18. Área Temática: Ciências Sociais e Desenvolvimento. São Paulo, 2011.

DIMENSTEIN. G. O cidadão de papel. 2003 P .27. Os direitos da criança. São Paulo 2003

FLICK, U. Introdução à pesquisa qualitativa. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2009

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2002.

GIRÃO, I. R. F.; RABELO , D. R.; ZANELLA , M. E. Análise teórica dos conceitos: Riscos Socioambientais, Vulnerabilidade e Suscetibilidade. REGNE, Vol. 4, Nº Especial (2018) (pag.71 a 83)

HOLANDA, ADRIANO. Questões sobre pesquisa qualitativa e pesquisa fenomenológica. – 2006, Lisboa.

HARPER, Douglas. Reimagining visual methods: Galileo to Neuromancer. In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. (Eds.). Handbook of qualitative research. 2. ed. Londres: Sage Publications Inc. p. 717-732. 2000.

MARICATO, E. Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência. São Paulo, Hucitec, 1996.

MARICATO, E. Dimensões da Tragédia Urbana. Revista Com Ciência, São Paulo, março de 2002.Seção Cidades. Disponível em: <https://www.comciencia.br/dossies-1-72/reportagens/framereport.htm >. Acesso em: 18 de novembro de 2021

MENDONÇA, F. Riscos e vulnerabilidades socioambientais urbanos a contingência climática. Mercator, v 9, n.1, p.153-163, dez/2010.

MICHEL, Maria Helena. Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais: um guia prático para acompanhamento da disciplina e elaboração de trabalhos monográficos. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2015 [1. ed. 2005].

ONDUKI, N.; ROLNIK, R. Periferia da Grande São Paulo: reprodução do espaço como expediente de reprodução da força de trabalho. In: MARICATO, E. (Org.). A produção capitalista da casa (e da cidade) do Brasil industrial. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982.

PORANGABA, G.F.O.; BACANI, V. M; MILANI, P.H. Risco e vulnerabilidade socioambiental urbana: análise comparativa entre os dados socioeconômicos e a temperatura superficial em três lagoas (MS). *Brazilian Geographical Journal: Geosciences and Humanities*

research medium, Ituiutaba, v. 11, n. 2, p. 100-112, ago./dez. 2020. Página | 100

SARAVI, G. A. Mundos *aislados: segregación urbana e desigualdad en la ciudad de México*. Revista Eure, Vol. XXXIV, Nº 103, pp. 93-110, diciembre 2008

SOUZA, G. M.; ROMUALDO, S.S. Problemas Socioambientais nas Cidades Brasileiras: Um Estudo de Caso do Bairro Cascatinha. Juiz de Fora (MG). In: XIII Simpósio Brasileiro de Geografia Física Aplicada, 2009, Viçosa. A Geografia Física Aplicada e as Dinâmicas de Apropriação da Natureza, 2009. p. 287-287

SMOLKA, M. Meio ambiente e estrutura urbana. In: MARTINE, G. (Org.). População, meio ambiente e desenvolvimento: verdades e contradições. Campinas, Editora da Unicamp, 1993

SPÍNOLA, JULIANA LIMA; TEIXEIRA, CRISTINA; ANDRIGUETTO-FILHO, JOSÉ MILTON. Conflito territorial e (in)justiça ambiental: o caso da construção da Via Expressa Sul na Resex Marinha do Pirajubaé, Santa Catarina, Brasil. Sustentabilidade em Debate - Brasília, v. 9, n.2, p. 58-71, ago/2018
ROLNIK, R. Exclusão Territorial e Violência. São Paulo em Perspectiva, v. 13, n. 4, 1999.

VIEGAS, Rodrigo Nunes. Desigualdade Ambiental e "Zonas de Sacrifício". . Rio de Janeiro: FASE/IPPUR, 2006.

Submetido em: 25 de maio de 2022.
Devolvido para revisão em: 24 de junho de 2022.
Aprovado em: 12 de julho de 2022.

Como citar este artigo:

GONZALEZ LUNA, C. C.; GISLENE FIGUEIREDO ORTIZ PORANGABA; LOURDES BRAZIL DOS SANTOS ARGUETA. Análises socioambientais em comunidades carentes: estudo de caso da ocupação irregular do bairro Varandas do Campo. Terra Livre, [S. l.], v. 2, n. 57, p. 327–352, [2021]. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/index.php/terralivre/article/view/2335.